

# Pacificação, governança, reconstrução

» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

O professor Hussein Kalout costuma lembrar que o próximo presidente terá três desafios: pacificação, governança e reconstrução. Ele terá o desafio de pacificar o país, social e politicamente. Quebrar a polarização que divide o Brasil em polos divorciados, depois de cinco séculos de desigualdade social com cara de apatidão, e de alguns anos com líderes, militantes e cidadãos separados em extremos sem diálogo.

Deverá também ser capaz de exercer governança que permita ao Brasil voltar a funcionar, depois da degradação de suas instituições, do imenso desequilíbrio fiscal, da corrupção, do corporativismo e da política sem espírito público. Fazer o país funcionar e o Estado ter eficiência é um desafio fundamental para o próximo presidente.

Precisará também iniciar a reconstrução do que vem sendo destruído ao longo dos anos de recessão econômica, sequestro e aparelhamento do Estado, atraso tecnológico, agravados pela estupidez revogatória do atual governo eliminando avanços do passado. Esses desafios seriam enfrentados mais facilmente se as forças políticas tivessem sido capazes de encontrar propostas, nomes, ideias e forças novas que permitissem, em 2022, um salto adiante, sem amarras com o passado. Mas isso não ocorreu.

Prisioneiras do radicalismo, do partidarismo e do imediatismo, nossas lideranças políticas não foram capazes de apresentar novidade nas eleições deste

ano. Os 12 candidatos que se apresentam têm cara e propostas (ou falta de propostas) características do passado, dificilmente surgirão nomes capazes de trazer ares novos, passar confiança e seduzir o eleitorado, nas poucas semanas adiante, antes das eleições.

Tudo indica que o processo eleitoral chegará ao segundo turno entre Bolsonaro e Lula, e este último será o nome que o Brasil disporá para pacificar, exercer governança e reconstruir o país. Mas, para isso, ele precisará enfrentar dificuldades com a postura tradicional do partido.

Para pacificar, precisará superar o comportamento de parte da militância e da direção de dividir o Brasil entre o PT e o resto; ser capaz de atrair os que são tratados como inimigos por terem sido discordantes. Esta é uma eleição para o eleito se comportar como pacificador, não como vitorioso.

Lula passa essa visão quando dialoga com líderes de outras forças, mas é preciso mais que isso: uma postura de aceitação de outras forças, propostas e visões dos que desejam tirar o Brasil do abismo, mesmo discordando do PT. A pacificação é um desafio para vencer a eleição, de preferência no primeiro turno, e necessária para permitir a governança depois da posse.

Nesse desafio, o próximo presidente precisará ser pacificador e responsável. Não haverá governança com irresponsabilidade fiscal e inflação roubando salários de trabalhadores e aposentados, tampouco sem reformas em regras que isolam e emperram a

economia brasileira; precisará liberar forças produtivas e barrar privilégios corporativos que impedem a distribuição da produção. A governança exigirá sensibilidade social para atender às necessidades das camadas pobres, mas também responsabilidade com os limites dos recursos, ecológicos ou fiscais. Seria uma tragédia vencer para acabar com o negacionismo de direita e substituí-lo por negacionismo de esquerda.

Para reconstruir, Lula precisa olhar para o futuro, escapando de visões obsoletas de alguns de seus aliados que se recusam a perceber a realidade do século 21, preferem continuar com ideias superadas, vendo o próximo governo como instrumento de desfazimento e não de construção. Não se constrói o futuro com nostalgia do passado.

A governança será fundamental para retirar o Brasil do atual abismo, reconstruindo nossa economia e nosso tecido social. Por isso, Lula não pode cair na tentação de revogar e desfazer para voltar a um passado superado, precisa avançar na construção de uma economia sólida e um tecido social justo.

A pacificação e a governança vão exigir comprometimento com a eficiência do Estado a serviço do país e do futuro. Para tanto, há uma palavra adicional, que serve de liga aos três desafios: confiança. Para pacificar, governar e construir, Lula e o PT precisam entender que o Brasil é maior do que qualquer partido e que o futuro não se constrói com nostalgias que negam a realidade.

## Pandemia e crise econômica no DF

» ANDREA CABELLO  
Professora de economia da UnB e pesquisadora do ObservaDF

» LUCIO RENNÓ  
Professor de ciência política da UnB e pesquisador do ObservaDF

Não há dúvida de que as principais vítimas da covid-19 são as pessoas que perderam a vida, as famílias dos que partiram e aqueles que sofrem com sequelas. Mas a pandemia também afetou econômica e socialmente a vida de outros milhões. Precisamos pensar sobre esse lado da crise sanitária, principalmente entre os mais vulneráveis. Em seu estudo inaugural, o ObservaDF — Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal (<https://observadf.org.br/>) dedicou sua atenção justamente a esse tema.

No Distrito Federal, o setor de serviços, que inclui o comércio, representa cerca de 95% da economia. Nas Regiões Administrativas de baixa renda e nos municípios do Entorno, as principais oportunidades de emprego estão no comércio e em serviços menos elaborados. Como a participação de outros setores é limitada, a população residente nessas regiões foi desproporcionalmente prejudicada pela restrição de atividades presenciais, muitas delas impossibilitadas de adotar o trabalho remoto.

A taxa de desemprego local reflete essas questões, com impacto diferenciado sobre nível de renda, regiões, gênero e idade. As populações de baixa renda do DF apresentaram taxas de desemprego quase 15 pontos percentuais superiores às taxas da população de renda média-alta. Essa diferença tem se reduzido, mas ainda reflete uma distribuição desigual das perdas provocadas pela pandemia.

Em relação à taxa de desemprego de homens e mulheres, a participação desses dois grupos na população economicamente ativa é similar. Entretanto, observamos uma maior parcela das mulheres entre os desempregados, uma vez que a taxa para elas é cerca de cinco pontos percentuais superior à dos homens.

Também é importante observar que o desemprego é especialmente alto entre os jovens, chegando a quase 50% para essa faixa etária no início da pandemia, o que tende a potencializar o fenômeno dos nem-nem, aqueles que nem trabalham nem estudam. Atualmente, o percentual de jovens nessa situação é considerável — algo entre um terço e um quarto deles —, com uma maior participação de mulheres nesse grupo.

Observa-se que a crise econômica provocada pela pandemia está associada a padrões de desequilíbrios que a economia do DF apresentava antes mesmo da crise. Já havia uma situação de vulnerabilidade maior para populações residentes em regiões mais pobres, onde as oportunidades de emprego locais se concentram no setor de serviços pouco complexos e no comércio, em que vínculos empregatícios têm menor estabilidade trabalhista. Essa constatação sugere que há, no DF, uma vulnerabilidade estrutural para essas populações, problema que ganhou maior evidência com a pandemia.

Dessa forma, torna-se urgente o reconhecimento da necessidade de políticas não apenas emergenciais, mas, também, que modifiquem em médio e longo prazos, a situação dessas famílias. Isso inclui não somente a ampliação, nos momentos de crise, dos projetos de transferência de renda já existentes, importantes para impedir interrupções no processo de recuperação econômica.

Também se faz necessário o estabelecimento de iniciativas voltadas para a capacitação e a inserção no mercado de trabalho de um grupo de trabalhadores que se viu excluído, temporariamente, da economia. Só o compromisso do Estado e da sociedade, com uma forte inversão de prioridades para os mais pobres, fará o DF alterar seu quadro de desigualdades extremas e persistentes.



## Qualificar é a melhor escolha

» ANDRÉ SANCHES  
Diretor de Inovação e Conhecimento do Senar e diretor-geral da Faculdade CNA

Alimentar é construir o futuro. E para essa construção é preciso que profissionais na linha de frente da agropecuária estejam cada vez mais preparados para enfrentar os enormes desafios em um ambiente de mudanças constantes no Brasil e no mundo.

A pandemia mundial do coronavírus, além de todas as consequências sanitárias, trouxe impactos profundos no mercado de trabalho. Em 2021, o Brasil registrou taxas significativas de desemprego. Apesar dessa situação, o agronegócio conseguiu gerar mais de 165 mil novas vagas até novembro, o que significou um aumento de 147% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população ocupada com atividades do agro no terceiro trimestre de 2021 chegou a 9 milhões de pessoas, número bastante superior ao do mesmo período em 2019, antes da crise sanitária. Apesar desse desempenho, o setor demanda cada vez mais mão de obra qualificada, sobretudo com foco na gestão da produção agropecuária, na gestão de pessoas dentro das propriedades e das agroindústrias e na gestão ambiental dos negócios rurais.

O que fazer, então, para inserir profissionais qualificados nesse mercado de trabalho promissor? O primeiro passo, sem dúvida, é a qualificação profissional.

Mesmo com a demanda por mão de obra em alta no campo, não será qualquer perfil profissional que estará apto para a inserção no mercado.

O universo do mercado de trabalho no agro não engloba só a produção propriamente dita e suas complexidades inerentes, mas também toda uma cadeia produtiva que vai da produção à distribuição de insumos, pesquisa, crédito, e envolve ainda todo um setor de armazenamento, logística de distribuição, transporte e comercialização (interna e externa). Todos e cada um desses elos são regidos por um ambiente regulatório e organizacional próprios.

Dessa forma, e diante da amplitude de conteúdos e possibilidades de inserção no mercado de trabalho, é fundamental que se busque uma formação adequada. Os cursos técnicos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) (<http://etec.senar.org.br/>), por exemplo, são ótimas oportunidades para quem busca um trabalho dentro da porteira, ou seja, voltado à produção diretamente. Melhor ainda se o curso trouxer, além das questões produtivas em si, um conteúdo em gestão da propriedade e da atividade produtiva.

Outra frente são os cursos de graduação para quem busca uma visão ampla sobre o setor agropecuário, sua importância para a economia brasileira e sua inserção no mercado internacional. Esses cursos qualificam a mão de obra e garantem que os profissionais

estejam aptos para assumir cargos táticos e estratégicos nas empresas do agronegócio brasileiro.

Foi para esse público que a Faculdade CNA ([www.faculdadecna.com.br](http://www.faculdadecna.com.br)) criou e, atualmente, oferece os cursos de nível superior em Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais. Sempre dentro da perspectiva de contribuir para que o agronegócio brasileiro amplie ainda mais a atuação no mercado global e continue sendo essa grande potência econômica e social.

O agro é um setor de oportunidades e desafios. Vagas para gestores qualificados são hoje muito disputadas, com salários iniciais atrativos, mas para assumir tais cargos o profissional deve evidenciar conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis.

Técnicos e gestores que prestam serviços de assessoria e consultoria, na área de assistência técnica e gerencial, também encontram no setor um mercado em expansão, e os profissionais mais bem preparados conquistarão ainda mais espaços nessa área nos próximos anos.

O desafio que nos move é preparar profissionais para que atendam às reais necessidades dos cerca de 5 milhões de produtores de alimentos em um país tão heterogêneo quanto o Brasil e com necessidades específicas e regionais. E garantir, assim, a rentabilidade do campo, o crescimento da produção nacional e o desenvolvimento sustentável.